

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
Auditoria
Análise de Custos
Contabilidade e orçamento empresarial
Contabilidade Governamental
Ética Profissional
Sistemas Contábeis II

**CUSTOMIZAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS.
CONTROLADORIA INTERNA E EXTERNA DAS ORGANIZAÇÕES.
QUAIS INSUMOS PODEM SER EXTRAÍDOS DOS
DEMONSTRATIVOS, DAS NOTAS EXPLICATIVAS E DOS
RELATÓRIOS PUBLICADOS PARA SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DO
ORÇAMENTO DA EMPRESA?**

Ângelo Sebastião Dutra
Camila Neiva Fonseca
Carla Maia Coelho
Elizabeth de Aguiar Godoy
Emanuela Virginia Paixão Carvalho
Vanessa Vermeuller de Freitas

Belo Horizonte
26 Outubro 2009

**Ângelo Sebastião Dutra
Camila Neiva Fonseca
Carla Maia Coelho
Elizabeth de Aguiar Godoy
Emanuela Virginia Paixão Carvalho
Vanessa Vermeuller de Freitas**

**CUSTOMIZAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS.
CONTROLADORIA INTERNA E EXTERNA DAS ORGANIZAÇÕES.
QUAIS INSUMOS PODEM SER EXTRAÍDOS DOS
DEMONSTRATIVOS, DAS NOTAS EXPLICATIVAS E DOS
RELATÓRIOS PUBLICADOS PARA SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DO
ORÇAMENTO DA EMPRESA?**

Artigo científico apresentado as disciplinas: Auditoria, Análise de Custos, Contabilidade e Orçamento Empresarial, Contabilidade Governamental, Ética Profissional, Sistemas Contábeis II do 6º período do Curso de Ciências Contábeis noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores:
Amaro da Silva Júnior
Amilson Carlos Zanetti
Giovanni José Caixeta
José Luiz Faria
José Ronaldo da Silva
Nivaldo Carvalho da Silva

Belo Horizonte
26 Outubro 2009

**“CUSTOMIZAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS.
CONTROLADORIA INTERNA E EXTERNA DAS ORGANIZAÇÕES.
QUAIS INSUMOS PODEM SER EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS
CONTÁBEIS, DAS NOTAS EXPLICATIVAS E DOS RELATÓRIOS PUBLICADOS
PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DA EMPRESA? ”**

RESUMO

O presente artigo trata da customização dos controles internos e externos das organizações, bem como dos insumos que podem ser extraídos dos demonstrativos contábeis, das notas explicativas e dos relatórios publicados que subsidiam a elaboração do orçamento da empresa. Embasado neste tema, o artigo pretende evidenciar as principais ferramentas utilizadas pela Vale na geração de informações seguras e eficazes para um bom desenvolvimento do orçamento da empresa e a importância de cada insumo analisado. Para tanto pretende descrever as principais características da organização quanto aos aspectos éticos, a forma em que se estrutura os seus controles, a implantação e desenvolvimento de um sistema de informação eficiente, a evolução de seus resultados contábeis, o gerenciamento de custos, a estrutura de seus orçamentos e a geração e distribuição de riqueza da entidade. Para a elaboração do trabalho foi feito um levantamento bibliográfico, em que foram consultados capítulos de livros, leis, demonstrações financeiras e anuais, em suporte físico ou pela Internet, procedendo então à leitura analítica individual que permitiu uma visão global sobre o tema. Por fim, foi elaborado o artigo seguindo as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Ao final do trabalho, foi possível concluir que os controles da Vale são eficientes e eficazes, vistos que o produto final dos mesmos foi alcançado. A Vale aumentou suas receitas, reduziu custos e conseqüentemente aumentou os seus resultados, seus investimentos orçados foram realizados e a previsão para o ano de 2009 abrange valores que pretende manter o seu crescimento recorde em relação aos anos anteriores.

PALAVRAS – CHAVE

Controle interno; demonstrações contábeis; tecnologia de informação; orçamento e custos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da customização dos controles internos e externos das organizações, bem como dos insumos que podem ser extraídos dos demonstrativos contábeis, das notas explicativas e dos relatórios publicados que subsidiam a elaboração do orçamento da empresa. Embasado neste tema, o artigo pretende evidenciar as principais ferramentas utilizadas pela Vale na geração de informações seguras e eficazes para um bom desenvolvimento do orçamento da empresa e a importância de cada insumo analisado. Para tanto pretende descrever as principais características da organização quanto aos aspectos éticos, a forma em que se estrutura os seus controles, a implantação e desenvolvimento de um sistema de informação eficiente, a evolução de seus resultados contábeis, o gerenciamento de custos, a estrutura de seus orçamentos e a geração e distribuição de riqueza da entidade.

O estudo desse tema é importante para que se possa entender a importância dos controles internos para a organização e como estes podem auxiliá-la no alcance de seus resultados. A Vale evidencia em suas demonstrações informações qualitativas e financeiras de forma detalhada, o que possibilita uma análise do seu desenvolvimento econômico em relação ao mercado. Seus controles e sistemas possibilitam a redução de custos e a agilidade na realização de suas atividades. Observa-se, portanto, que seus orçamentos retratam as suas reais intenções em alcançar os seus objetivos, investindo em operações, pessoal, pesquisa e desenvolvimento que possibilitem uma maior geração de riqueza.

2 DESENVOLVIMENTO

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto presente em 14 estados brasileiros e em 5 continentes, que atua na área de mineração, transformando recursos minerais em ingredientes essenciais para o dia-a-dia de milhões de pessoas em todo o mundo. Suas atividades preponderantes são a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre concentrado e potássio, a prestação de serviços logísticos, pesquisa e desenvolvimento mineral, além de priorizar projetos de geração de energia elétrica voltados para o auto consumo.

Tem como missão transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável. Sua visão é ser a maior empresa de mineração do mundo e superar os padrões consagrados de excelência em pesquisa, desenvolvimento, implantação de projetos e operação de seus negócios.

A Vale possui vários valores assim descritos: ética transparência; excelência de desempenho; espírito desenvolvimentista; responsabilidade econômica, social e ambiental; respeito à vida; respeito à diversidade e orgulho de ser Vale.

Suas atividades sempre foram pautadas por padrões éticos e morais. Assim sendo, a Vale criou um código de Conduta Ética que torna explícito os princípios que norteiam a forma como ela exerce sua Missão e busca alcançar sua Visão empresarial, e reforçam o compromisso da empresa em atuar de forma justa e responsável junto aos diversos públicos das localidades onde está presente: acionistas, empregados, sindicatos, parceiros, entre outros.

O Código de ética é um instrumento que serve como orientação para as ações de seus colaboradores e explicitar a postura social da empresa em face dos diferentes públicos com os quais interage. Sendo parte inseparável dos negócios, acompanha todas as operações e decisões, por isso deve estar em conformidade com os ideais da organização.

A ética é uma característica inerente a toda ação humana, comportamento humano, e pode ser definida como um conjunto de regras, princípios ou maneira de pensar que guia as ações do ser humano e argumenta sobre como devemos agir (FARIA, 2009, notas de aula).

Nesse sentido, a Vale conduz suas atividades empresariais orientadas por um conjunto de valores que refletem elevados padrões éticos e morais, buscando assegurar a credibilidade da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente.

A imagem positiva da Vale é um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Para isso, todos dentro da empresa devem estar comprometidos com os princípios de honestidade, confiança e respeito.

Nota-se assim a grande importância de uma conduta ética dentro das organizações, que reflete de forma intensa e positiva nos resultados almejados. Devendo ser encarada como uma grande oportunidade de crescimento e competitividade, ou seja, a ética não deve ser entendida como ameaça ou obstáculo, mas como alavanca para o sucesso das empresas.

Com um modelo de Governança Corporativa fundamentado nos princípios de clareza de papéis, transparência e estabilidade necessários para projetar a empresa em uma trajetória permanente de criação de valor, a Vale possui um Conselho Administrativo que define suas políticas e diretrizes, a avaliação de planos e projetos propostos pela Diretoria Executiva e a aferição dos resultados alcançados.

Um grande problema enfrentado pelas empresas de grande porte é o controle dos diversos processos existentes e a mensuração dos custos. Porém se analisados do ponto de vista crítico na busca por soluções viáveis, serão o alicerce para a tomada de decisões.

Algumas soluções encontradas pela Vale foram iniciar reestruturações tecnológicas,

organizacionais e o processo de terceirização dos serviços. Dessa forma, a empresa foi aumentando seu poder de controle interno.

Segundo Attie (2009, p. 149-151) o controle de uma organização tem um significado relevante, com o objetivo de garantir um conhecimento amplo para a administração e gerência, sendo oportuno para analisar o crescimento e a diversificação de uma empresa.

A partir do momento que uma empresa diversifica seus produtos, aumenta os clientes que situam em várias localidades, torna-se inviável o controle de apenas um sócio, gerente ou administrador. É necessário que seja delegado funções para os funcionários.

Os controles internos estão relacionados às demonstrações financeiras, a fim de dirigir, restringir, governar e conferir as várias atividades de uma organização. Se bem desenvolvidos, podem incluir o controle orçamentário, custos padrão, relatórios operacionais, análises estatísticas, programa de treinamento, inclusive auditoria interna (ATTIE, 2009, p. 152).

A Companhia Vale e suas controladas mantêm controles internos efetivos, sendo a administração responsável por emitir parecer sobre suas demonstrações financeiras e sobre a efetividade dos controles internos a elas relacionados e com base na auditoria integrada.

Ao enxergar a real necessidade de reestruturação no que tange a área tecnológica, a partir do ano de 2000, a Vale iniciou um amplo processo de reorganização da área de Tecnologia de Informação (TI), visando modernizar sua infra-estrutura tecnológica e substituir sistemas não integrados.

A organização enfrentava o problema dos “sistemas ilhas”, possuindo inúmeros sistemas com suas diversas funcionalidades, espalhadas por todo o território nacional e internacional. Isso gerava vários problemas para a empresa, além de retrabalho para unir as informações necessárias, até que um relatório chegasse às mãos dos gerentes. O tempo gasto e o custo que todo esse processo gerava eram preocupantes. (FERREIRA; VIEIRA, 2004, p.3)

A teoria de Graeml (2000, p. 69) diz que uma reestruturação tecnológica dentro de uma empresa implica principalmente na revisão de processos.

As novas tecnologias de informação dispõem de grande capacidade de auxiliar na consecução dos objetivos, podendo tornar-se em alguns casos, o principal fator determinante do sucesso da empresa. A T.I. deve ser usada como instrumento de suporte ao desenvolvimento da organização, ou seja, a tecnologia usada deve estar alinhada com o plano estratégico e diretamente ligada ao dia-a-dia da organização, como forma de garantir que cada atividade seja executada da melhor forma possível. (FERREIRA; VIEIRA, 2004, p.1)

A reestruturação dos processos aconteceu com a centralização da TI em um único departamento e com a alteração dos processos. Antes, cada área possuía sua própria TI. Uma

vez analisadas e corrigidos todos os processos organizacionais, é preciso controlar e avaliar, baseados nas saídas, se o sistema realmente corresponde à sua função.

A centralização da base de dados da empresa permitiu as equipes trabalharem com informações mais confiáveis, garantindo eficiência em diversas áreas como suprimentos, contabilidade, contas a pagar e receber, custos e orçamento. Além disso, a automatização do processo reduziu o volume de lançamentos contábeis manuais e conciliações.

A dotação orçamentária também tornou-se mais eficiente com a verificação eletrônica de saldo e bloqueio de gastos acima dos valores anuais aprovados. A área financeira tem a opção hoje, de impedir pagamentos que não estejam incluídos na programação financeira.

De acordo com Stoner (1995, p. 489) a qualidade das informações é avaliada pela precisão e segurança. Devem ser oportunas, relevantes e úteis, ou seja, devem estar disponíveis ao gerente no momento certo, à quantidade suficiente para que possam tomar decisões precisas e executar ações apropriadas.

Hoje, com a reengenharia dos processos, a empresa passou a contar não só com sistemas que funcionam com suporte para a produção, mas também com processos produtivos totalmente dependentes de TI, ocorrendo assim uma melhoria dos produtos e serviços que favorece as inovações nas áreas operacionais, com resultados diretos na produção da empresa.

Um dos principais papéis da TI dentro da Vale é a redução dos custos. Uma das principais características da TI e que é de suma importância para a Vale é que ela permite a customização de produtos e serviços a um nível anteriormente inimaginável.

Segundo Bio (1994, p.136) a eficácia da empresa é definida pela relação entre *resultados pretendidos X resultados obtidos*. Uma empresa eficaz coloca no mercado o volume pretendido do produto certo para determinada necessidade. No caso da Vale, é eficaz quando implementa os softwares corretos dentro do cronograma *pretendido X prevista* para resolver os problemas e sanar as necessidades dos clientes.

Depois da implantação do ERP (*Enterprise Resource Planning*, ou SIGE Sistemas Integrados de Gestão Empresarial, no Brasil), a Vale iniciou os módulos de Solução Fiscal SYNCHRO, sendo eles: emissão de documentos fiscais, recebimento fiscais, obrigações acessórias, tributos de terceiros, CIAP e In8 6.

O módulo “Inteligência Fiscal” da Solução Fiscal SYNCHRO, foi integrado ao módulo do recebimento ERP ORACLE, possibilitando assim todo o armazenamento de regras de enquadramento tributário e de cálculos de impostos no ERP.

Os principais benefícios do projeto são: suportar grandes números de operações fiscais, regimes especiais e situações tributárias, maior controle e velocidade da apuração

fiscal, maior capacidade de pronto atendimento das obrigações acessórias, concentração dos dados fiscais e melhores condições para a geração de relatórios de apoio gerencial.

Já na relação entre a Vale e o fisco, com o avanço da informatização integrada e a modernização das administrações tributárias federal, estadual e municipal, a organização deixou de repassar informações ao fisco nas diversas formas que existia antes, de obrigações acessórias em papel e adotou os arquivos digitais *on line*.

Essa modernização da administração pública se deve ao SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) cujos principais objetivos são:

promover a integração dos Fiscos, padronizar e compartilhar as informações contábeis e fiscais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias; estabelecer uma transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários; fiscalização mais efetiva das operações com cruzamento de dados e auditoria eletrônica; rapidez no acesso às informações (OS BENEFÍCIOS, 2008, p. 18)

O Sped é composto, dentre outros, pelos módulos; ECD (Escrituração Contábil Digital) que consiste na modernização da sistemática de cumprimento das obrigações acessórias, utilizando-se da certificação digital; EFD (Escrituração Fiscal Digital), que trata dos livros fiscais de registro de Entradas, Saídas, Apuração de ICMS e IPI, e Registro de Inventário; e a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), considerada como o documento emitido e armazenado eletronicamente, cuja validade jurídica se dá pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso concedida pela Receita Federal (OS BENEFÍCIOS, 2008, p. 18).

O Sped contábil substitui os livros Diário e Razão, Diário Geral, Diário com Escrituração Resumida (vinculado ao livro auxiliar), Diário Auxiliar, Razão Auxiliar, Livro de Balancetes Diários e Balanços. O Sped Fiscal reunirá as informações do ICMS, guias informativas anuais, livros de Escrita Fiscal, informações do IPI e outros.

São benefícios para o contribuinte vendedor: a redução de custos de impressão, aquisição de papel, envio do documento fiscal e armazenagem, além da simplificação das obrigações acessórias, redução do tempo de parada de caminhões em postos Fiscais de Fronteira e incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes. Enquanto que para o contribuinte comprador, existem benefícios tais como: eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e; redução dos erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais e incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores.

Para a sociedade, de maneira geral, há uma redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente; incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas

tecnologias; padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas; surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica (OS BENEFÍCIOS, 2008, p. 20).

Com a implantação do SPED, a centralização da TI e a manutenção de controles internos eficientes, a Vale assume uma posição privilegiada no mercado ao reafirmar a sua preocupação com que todas as informações divulgadas sejam bastante detalhadas e profundas, evidenciando informações qualitativas e financeiras.

Os exames de auditoria realizados pela Companhia têm o objetivo de obter razoável segurança que as demonstrações financeiras estão livres de erros relevantes e se os controles internos da Companhia relacionados às demonstrações foram mantidos em aspecto relevantes

Para a própria organização, a qualidade de suas informações é positiva quando se considera que a partir delas serão elaborados os orçamentos empresariais.

De acordo com Padoveze e Taranto (2008, p. 3 e 17) o orçamento é o ato de colocar a frente aquilo que está acontecendo hoje, ou seja, é um instrumento de planejamento e controle que deve ser estruturado com base, dentre outros sistemas de apoio, nos de contabilidade geral e societária. Tem como base o processo operacional que é composto pelos orçamentos de vendas, produção, capacidade logística, consumo de materiais, estoque de materiais e despesas departamentais (PADOVEZE, TARANTO; 2008, p. 111).

Nesse sentido, uma análise das Demonstrações Contábeis torna-se fundamental para a elaboração de um orçamento empresarial, visto que elas representam uma prestação de contas da sociedade por ações (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE; 2007, p. 6), que, ao serem apresentadas de forma comparativa, possibilitam uma análise das variações ocorridas nos últimos exercícios, bem como uma previsão para o exercício atual.

Conforme descrito no relatório da administração, as receitas da Vale mais que dobraram nos últimos cinco anos, atingindo o recorde de R\$ 72,8 bilhões em 2008. As vendas de minerais ferrosos representam 60,2% da receita bruta, os minerais não-ferrosos 30,5%, os serviços logísticos 5,0%, carvão 1,5% e outros 2,8%. O Resultado Bruto é de R\$ 32,4 bilhões.

Durante os ciclos de alta, a Vale adota a maximização da produção como medida essencial para otimização da geração de caixa e, conseqüentemente, a geração de valores para os acionistas. Mas os elevados níveis de incerteza e retração da demanda por minerais e metais no último trimestre de 2008 implicaram em uma performance operacional e financeira mais moderada.

Em reação ao ambiente econômico, foram tomadas medidas de minimização de custos de produção e de investimentos para atenuar os efeitos negativos da recessão global em sua

lucratividade e geração de caixa como: fechamento de unidades operacionais de custos mais elevados; negociação com sindicatos visando maior flexibilidade nos contratos de trabalho de forma a preservar empregos e reduzir custos; reestruturação do centro corporativo, para maximizar a eficiência através de uma estrutura mais leve; cortes em custos administrativos; renegociação dos contratos existentes com prestadores de serviços envolvendo o cancelamento de alguns contratos e a redução nos preços e escopo de outros; renegociação de contratos existentes com fornecedores de equipamentos e serviços de engenharia; e redução de capital de giro.

Através destas iniciativas o que se espera é que gerem uma importante contribuição para reduzir custos atuais e futuros.

Dessa forma, a Vale conseguiu manter o mesmo desempenho de crescimento do Lucro Líquido que atingiu R\$ 21,3 bilhões, com efeito não caixa do teste de *impairment* - (recuperabilidade dos ativos - CPC 01), e ajustado para a variação cambial sobre investimentos no exterior (CPC 02).

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) da Vale totalizou R\$ 32,156 bilhões em 2008, sendo seus principais componentes: insumos; peças e componentes de equipamentos e instalações; correias transportadoras e pneus; energia elétrica; gastos com serviços contratados (serviços de manutenção de equipamentos e instalações), serviços de frete (ferroviário, marítimo e rodoviário); serviços operacionais (principalmente de extração de estéril e minério); despesas com pessoal; custo com aquisição de produtos de terceiros; custos de *demurrage* (multas pagas pelo atraso de carregamento de navios nos terminais marítimos); e custo de depreciação e amortização.

A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques da empresa, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE; 2007, p. 378)

A demonstração dos estoques da Vale é feita pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização.

Os Estoques de produtos acabados totalizam R\$ 9,7 bilhões sendo que, os principais produtos que o compõem são o níquel e o minério de ferro e pelotas. São classificadas as reservas provadas e prováveis atribuídas a pilhas de estoque como estoque e contabilizadas quando são removidas da mina. Periodicamente é feita a revisão dos estoques a fim de identificar obsolescência ou baixo giro, e caso necessário reconhecer as respectivas perdas.

Verifica-se, que a Vale, bem como diversas empresas de grande porte elencam a Contabilidade de Custos como importante ferramenta de controle e decisões gerenciais. Seu

papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção, etc. (MARTINS, 2003, p. 22)

No que se refere ao orçamento das atividades financeiras, Padoveze e Taranto (2008, p.162) afirmam que ele tem como objetivo “estabelecer o orçamento dos gastos previstos com investimentos que serão ativados como ativo permanente, bem como dos financiamentos para obter os fundos necessários para a sua aquisição”.

Em outubro de 2007, a Vale informou a aprovação do orçamento de investimentos que previa investimentos no valor de \$11,0 bilhões de dólares para 2008. Esse orçamento faz parte da execução do plano estratégico que contempla investimentos de \$59,0 bilhões de dólares para o período de 2008-2013 e envolve significativa elevação do *capex* em crescimento orgânico em relação ao período de 2003-2007, que foi de \$ 18,0 bilhões.

O investimento realizado em 2008 foi de \$10,2 bilhões de dólares, 33% a mais que o ano anterior, constituindo um recorde histórico e o maior investimento em atividades de mineração no mundo. Deste total, \$ 6,5 bilhões foram dedicados à execução de projetos, \$ 1,0 bilhão pra Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e \$ 2,7 bilhões para gastos com manutenção.

Para 2009 foi anunciado em um orçamento de investimentos de \$ 14,2 bilhões de dólares, dos quais \$ 10,2 bilhões se destinam à execução de projetos, \$ 1,5 em P&D e \$ 2,5 em sustentação das operações existentes,

Com relação aos financiamentos, Padoveze e Taranto (2008, p. 164), definem como objetivo do orçamento a previsão de tudo o que se relaciona à obtenção de fundos, os gastos para manutenção desses fundos e os pagamentos previstos.

Os empréstimos e financiamentos ao final de 2008, totalizavam R\$ 2,669 bilhões em curto prazo e R\$ 42,694 bilhões a longo prazo, dos quais R\$ 31,433 bilhões se referem as operações no exterior. As parcelas em longo prazo têm vencimento de 13% em 2010, 16% em 2011, 7% em 2012, 15% em 2013 e 48% em 2014. 1% se refere a notas perpétuas e debêntures não conversíveis em ações que não possuem data de vencimento.

Neste contexto, verifica-se que a Vale desfruta de excelente posição financeira, ancorada na forte geração de caixa, considerável disponibilidade de recursos em caixa, linhas de crédito de médio e longo prazo e endividamento de baixo risco – com custo baixo, elevado cobertura de juros e prazo longo de vencimento.

Assim, no cenário de crise iniciado em 2008, que mostrou significativa queda da produção industrial em todas as regiões do mundo, em economias desenvolvidas e

emergentes, a Vale está mais bem posicionada para prosperar e se beneficiar da exposição a futuros ciclos expansionistas devido à sua solidez, ativos de classe mundial, custos altamente competitivos e abundância de opções de crescimento orgânico derivadas de seu vasto portfólio de projetos e de seu programa de exploração mineral em escala global.

Porém somente se tornou possível mensurar sua atual posição econômica e também possíveis volatilidades futura graças a política de gestão de riscos adotada. A Vale desenvolve sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Ela avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional).

A Vale entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. A política e as normas de gestão de risco que complementam os normativos de Governança Corporativa de gestão de riscos determinam a diversificação de operações e contrapartes e a proibição de operações de derivativos de caráter especulativo.

Outros insumos que podem ser extraídos dos demonstrativos contábeis são as informações que evidenciam a geração de riqueza da entidade e de como esta riqueza será distribuída entre os principais componentes da sociedade, entre eles, o governo. Estas informações são extraídas da Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

Conforme Santos (2003, p. 35) a DVA é um componente importantíssimo do Balanço Social que auxilia na medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição da riqueza de uma entidade. Os critérios para sua elaboração e apresentação são estabelecidos pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 e a Resolução CFC nº 1.138/08, de 21 de novembro de 2008. Um dos critérios diz respeito ao detalhamento de como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

A Vale em sua DVA não apresentou o detalhamento de como a riqueza foi distribuída aos governos federais, estaduais e municipais. Os impostos, taxas e contribuições foram informados de forma sintética, não detalhada, não foram mensurados os valores devidos ou já recolhidos do ICMS, IPI, PIS e COFINS, portanto, a mensuração do tributo de maior contribuição da companhia não é evidenciada. A falta dessas informações pode prejudicar o cálculo do produto interno bruto – PIB, pois, segundo Santos (2003, p. 34) a DVA auxilia a “Economia no cálculo de agregados macroeconômicos”.

Devido à falta de informações detalhadas dos valores devidos ou já recolhidos dos

tributos, na DVA, o presente trabalho será baseado nas informações extraídas das demonstrações contábeis do Estado de Minas Gerais, referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, imposto que a companhia está sujeita, para que se possa evidenciar os insumos extraídos das demonstrações contábeis, notas explicativas e demais relatórios publicados.

A Vale tem como atividade principal a extração de minério de ferro e, portanto, contribuinte do ICMS.

Conforme publicação da receita do ICMS por atividade econômica do Estado de Minas Gerais em 2008, para a atividade de indústria extrativa foi de (em mil) R\$ 685.073, parte desta arrecadação refere-se ao ICMS recolhido pela companhia.

De acordo com Kohama (2009, p. 63-64) o ICMS é uma receita corrente tributária, destinada a atender as despesas correntes. É uma receita orçamentária “consubstanciada no orçamento público, consignada na Lei Orçamentária” (KOHAMA, 2009, p. 62), sendo assim é uma receita que antes de ser arrecadada é prevista na proposta orçamentária.

Segundo Kohama (2009, p. 75) a receita percorre três estágios: a Previsão que “corresponde aos valores que a lei do orçamento consignar, pois são estimativas de receitas que se originam de estudos de previsão, antes de comporem o projeto de lei orçamentária”; o Lançamento que é “é o ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos” (KOHAMA, 2009, p.77) e a Arrecadação o “ato em que são pagos os tributos ou as diversas receitas ao agente arrecadador” (KOHAMA, 2009, p. 78) e Recolhimento que é o “ato que se relaciona com a entrega dos valores arrecadados pelos agentes arrecadadores ao Tesouro Público” (KOHAMA, 2009, p. 79).

A previsão é escriturada no Sistema Orçamentário que evidencia o registro contábil da receita e da despesa, possibilitando a comparação no final do exercício entre a previsão e a execução orçamentária (KOHAMA, 2009, p. 26). Já a arrecadação e o recolhimento são escriturados nos Sistemas Financeiro e Orçamentário, mensalmente, em livros próprios da receita (KOHAMA, 2009, P. 80).

De acordo com Kohama (2009, p. 81) a receita tributária será escriturada no final do exercício, no Sistema Patrimonial, quando se faz a transferência dos saldos para apurar as variações da execução orçamentária e não se registra a receita tributária no Sistema de Compensação.

Conforme art. 158 da Constituição Federal 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS

arrecadado pertencem aos Municípios, portanto, parte da arrecadação foi destinada aos Municípios de Itabira e Mariana, onde estão estabelecidas unidades da companhia. A Vale também mantém outras unidades em outros Municípios em Minas Gerais.

De acordo com Kohama (2009, p. 93) as transferências a Municípios são “despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Estados aos Municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta.”. Podem ser tanto Transferências Correntes, como Transferências de Capital.

As despesas públicas são fixadas na Lei de Orçamento e o procedimento para a escrituração contábil da despesa é feita da seguinte forma: o primeiro e o segundo estágios ocorrem no Sistema Orçamentário, onde se registra a fixação da Dotação Inicial e dos créditos orçamentários e em seguida a contabilização do empenho, pela obrigação do Estado em repassar ao Município a transferência constitucional (KOHAMA, 2009, p. 107-108).

O terceiro estágio é a contabilização no Sistema Orçamentário e no Sistema Financeiro da liquidação, pelo reconhecimento do direito adquirido pelo Município do repasse da transferência constitucional. Conforme Kohama (2009, p. 121) a liquidação “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.” A contabilização no Sistema Financeiro ocorre simultaneamente com o Sistema Orçamentário, porque neste ocorre a realização da despesa, e não o pagamento e no Financeiro ocorre o pagamento da despesa (KOHAMA, 2009, p. 124).

O quarto estágio é a contabilização do pagamento da despesa no Sistema Financeiro que registra as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira, tanto orçamentária, como extra-orçamentária e apresentando no final do exercício o resultado financeiro apurado. Neste estágio a transferência será registrada no Sistema de Compensação que “registra e movimenta as contas representativas de direitos e obrigações, geralmente decorrentes de contratos, convênios ou ajustes” (KOHAMA, 2009, p. 26-27).

O ICMS é uma receita corrente tributária destinada a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (KOHAMA, 2009, p. 63).

Para identificar as áreas onde os recursos são aplicados, as despesas são classificadas por funções. “Como Função, deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público” (KOHAMA, 2009, p. 97). A principal finalidade da classificação por funções é fornecer o volume dos gastos públicos em cada área de atuação do governo, de acordo com os programas a serem desenvolvidos (GIACOMONI, 2008, p.97).

Portanto, ao analisar os indicadores orçamentários do Estado de Minas Gerais, a participação da Receita do ICMS da atividade da indústria extrativa foi de 2,99% em relação

da receita arrecadada por atividade econômica divulgada pela Divisão de Tratamento de Informações da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

A participação do ICMS no total da Receita Corrente Líquida – RCL - do Estado foi de 77,09% e por atividade econômica foi de 2,34%. A função Educação recebeu 21,45% da arrecadação do ICMS, a Saúde 15,98%, Urbanismo 0,26%, Segurança Pública 22% e Encargos Especiais 46,86%. A participação do ICMS como recurso para atender as despesas correntes foi de 67,09% e por atividade econômica foi de 2,04%. A despesa empenhada de Pessoal e Encargos foi de 57,02% da RCL, as transferências a Municípios foi de 24,65% e Outras Despesas Correntes foi de 33,24%. A despesa com Pessoal foi de 45,76%, dentro do limite fixado pelo art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que é de 49%.

A despesa com Educação foi de 28,75%, acima do limite fixado pela Constituição Federal, conforme artigo 212 que estabelece o mínimo de 25%. A despesa com FUNDEB foi de 77,93%, acima do mínimo que é 60% (20% do ITCD - imposto sobre transmissão causa mortis e doação, 20% do ICMS e 20% do IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores), conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 53/2006 e a Lei nº 11.494/2007. Observa-se que o Estado de Minas Gerais gastou 3,75% a mais na Educação.

Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, o Estado aplicou de recursos nas ações e serviços de saúde 13,12% do valor realizado de receitas resultantes de impostos, deduzidas as transferências constitucionais aos municípios.

A participação do ICMS devido pela Vale contribuiu para que o Estado de Minas Gerais aplicasse recursos para atender aos gastos com a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos.

Segundo o Balanço Social publicado pela companhia, a Vale gastou 14% do seu lucro operacional com recursos humanos, investiu 3% do seu lucro operacional, em projetos e ações sociais e comunidades indígenas e 5% do seu lucro operacional em investimentos em meio ambiente. Distribuiu 11% do seu faturamento bruto ao governo (tributos) que corresponde a 27% do seu lucro operacional.

A companhia destaca-se no mercado pela sua responsabilidade social, sendo a educação um dos seus principais compromissos. A responsabilidade corporativa da companhia está evidenciada em seu relatório de sustentabilidade, que demonstra a função social da companhia. A Vale que é o departamento de educação da companhia, planeja implementar a estratégia de desenvolvimento de pessoas, dentro e fora dos horizontes da companhia (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2008, p. 35).

A Fundação Vale tem como “objetivo de melhorar a qualidade de vida por meio do

desenvolvimento humano e econômico” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2008, p.63), para isto atua em três áreas: infraestrutura, gestão pública e desenvolvimento humano e econômico. Destaca-se a gestão pública em que a Vale busca fortalecer a gestão pública com o propósito de “dar transparência aos gastos públicos provenientes dos impostos pagos e aprimorar a qualidade dos serviços” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2008, p.63).

CONCLUSÃO

A Vale é uma empresa do ramo de mineração e como tal teve de enfrentar as retrações do mercado mundial, fruto da crise iniciada em 2008. No entanto, sua performance foi fundamental para que ela se sobressaísse e continuasse mantendo seu crescimento. A redução de custos e a moderação de sua produção foram fundamentais para que isso acontecesse, porém, isso não seria possível se a empresa não estivesse bem estruturada.

As ações da administração e os controles internos asseguram a realização adequada de todas as atividades operacionais e financeiras. Isso se deve não só a sua modernização tecnológica, mais a delegação de funções aos funcionários, que pautam suas tarefas em princípios éticos considerados fundamentais pela Vale.

Assim, com o compromisso de toda sua equipe e com sistemas que permitem agilidade e segurança de processos, a Vale conseguiu reduzir custos e manter o crescente a sua receita, o que conseqüentemente resultou em um lucro recorde ao final do exercício.

Os investimentos previstos para 2008 com a execução de processos, pesquisa e desenvolvimento e gastos com manutenção foram devidamente realizados. Investimentos estes que fazem parte de uma proposta, também recorde, para os investimentos até 2013.

No que se refere à elaboração dos orçamentos empresariais, das Demonstrações Contábeis da Vale podem ser extraídos insumos relativos às receitas, custos, despesas, estoques, investimentos e financiamento que subsidiam tal processo. Isso é possível pois as informações contábeis da Vale oferecem dados qualitativos e quantitativos básicos necessários para tanto.

Em relação a DVA observa que a falta de transparência e consistência das informações da distribuição do valor adicionado aos entes federal, estaduais e municipais interfere na análise dos insumos extraídos das demonstrações contábeis, para a customização dos insumos extraídos das demonstrações contábeis, das notas explicativas e dos relatórios.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Controle Interno. In: _____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 8, p. 148-165.

BIO, Sérgio Rodrigues. Valor dos sistemas de informação para a empresa: Planejamento de sistemas uma mina de ouro. In: _____. **Sistemas de informação : um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1994. Cap. 7, p.114 – 136.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 11 set. 2009.

_____. CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli557.doc>. Acesso em: 30 set, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.138/08, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 01 set. 2009.

CRUZ, Flávio (Coord.) et al. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006. Cap. 4, p. 74-124.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS. Notas Explicativas, 2008, p. 1-181. **Vale S.A.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Consolidação das demonstrações contábeis. In: _____. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 36, p. 512-553.

_____. Noções introdutórias. Ibid. Cap. 1, p. 1-17.

FARIA, José Luiz. **Ética profissional**. Belo Horizonte: PUC-Minas-BH, ago. 2009. Notas de aula.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; VIEIRA, Tatiane Antônia Oliveira. **Gestão estratégica de sistemas de informação: Impacto do TI sobre a organização e negócio – Um estudo de**

caso na CVRD. Minas Gerais, 15 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/bibliotecadigital/download.php?paper=60>>. Acesso em: 05 out. 2009.

GIACOMONI, James. Classificação da despesa. In: _____. **Orçamento público**. 14. Ed. ampl. e ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 6, p. 87-137.

GRAEML, Alexandre Reis. O impacto do TI sobre a empresa e o negócio. In: _____. **Sistemas de informação: o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa**. São Paulo: Atlas, 2000. Cap.2, p.67-78.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública. In: _____. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 3, p. 24-28.

_____. Despesa pública. Ibid., Cap. 7, p. 87-128.

_____. Receita pública. Ibid., Cap. 6, p. 60-86.

MARTINS; Eliseu. A contabilidade de custos, a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial. In: _____. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2003, Cap. 1, p. 19-23.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Finanças públicas: índices constitucionais. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/indices_constitucionais/indicesconstituc/437saude1208.htm>. Acesso em: 11 out. 2009.

_____. _____. Receita do Estado. Evolução da Receita. Receita de ICMS por setor econômico: 2008. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita_estado/evolucaoreceita/2009/receitaicmssetoreconomico/pagsetecon_ano.htm>. Acesso em: 30 set. 2009.

OS BENEFÍCIOS do Sistema Público de Escrituração Digital. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, Ano XXXVII, nº. 174, p. 15-16, nov. / dez. 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís; TARANTO, Fernando Cesar. Conceitos e Objetivos. In: _____. **Orçamento Empresarial: novos conceitos e técnicas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. Cap. 1, p. 3-15.

_____. Orçamento das atividades financeira. Ibid. Cap. 11, p. 162-177.

_____. Orçamento operacional. Ibid. Cap. 10, p. 111-161.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias**. Elaboração Helenice Rêgo dos Santos Cunha. Belo Horizonte: ago. 2008. 50 p.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2008. Fundação Vale, p. 63-64. Vale S.A. Disponível em: [HTTP:// http://www.vale.com/vale/media/RS%20Vale%202008.pdf](http://www.vale.com/vale/media/RS%20Vale%202008.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2009.

_____. Valer, Educação Transformadora, p. 35-36. Vale S.A. Disponível em: [HTTP://http://www.vale.com/vale/media/RS%20Vale%202008.pdf](http://www.vale.com/vale/media/RS%20Vale%202008.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2009.

SANTOS, Arioaldo dos. Demonstração do valor adicionado: aspectos conceituais e práticos. In: _____. **Demonstração do valor adicionado**. Como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, Cap. 2, p. 35-54.

STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, R. Edward. Sistemas de informação. In: _____. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1995. Cap. 22, p. 485 – 503.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Tesouro Nacional. Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios. Balanço Anual. 1. Anual. Disponível em: < http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=146299>. Acesso em: 30 set. 2009.

_____. _____. _____. Relatório de Gestão Fiscal – RGF. 3. Quadrimestre 2008. Disponível em: < http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=124615>. Acesso em: 30 set. 2009.

_____. _____. _____. Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO. 6. Bimestre 2008. Disponível em: < http://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/consultaDeclaracoes.do?acao=imprimir&numeroDeclaracao=124566>. Acesso em: 30 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4 ed. São Paulo: IBCG, 2009. 73 p. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 30 set. 2009

APÊNDICE A – Demonstração do Valor Adicionado - DVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	41.704.228	23.028.683	19.874.469
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	34.472.350	23.028.683	19.874.469
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	7.258.752	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(26.874)	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(22.905.213)	(10.350.647)	(9.353.861)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(5.299.186)	(5.981.558)	(4.826.127)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(13.617.630)	(3.701.029)	(3.565.734)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	(3.988.397)	(668.060)	(962.000)
6.03	Valor Adicionado Bruto	18.799.015	12.678.036	10.520.608
6.04	Retenções	(1.641.474)	(1.483.289)	(1.406.645)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.641.474)	(1.483.289)	(1.406.645)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.157.541	11.194.747	9.113.963
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.466.769	15.623.627	9.795.491
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.768.942	11.446.609	9.325.008
6.06.02	Receitas Financeiras	5.697.827	4.177.018	470.483
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.624.310	26.818.374	18.909.454
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.624.310	26.818.374	18.909.454
6.08.01	Pessoal	2.240.473	1.595.885	1.397.679
6.08.01.01	Remuneração Direta	0	0	0
6.08.01.02	Benefícios	0	0	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.031.769	4.570.509	2.798.755
6.08.02.01	Federais	0	0	0
6.08.02.02	Estaduais	0	0	0
6.08.02.03	Municipais	0	0	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.072.858	646.418	1.282.015
6.08.03.01	Juros	0	0	0
6.08.03.02	Aluguéis	0	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.279.210	20.005.562	13.431.005
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	21.279.210	20.005.562	13.431.005
6.08.05	Outros	0	0	0

APÊNDICE B – Balanço Social

		Consolidado (Não auditado)					
Base de cálculo		2008			2007		
Receita Bruta		72.766			66.385		
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias		27.400			29.316		
Remuneração bruta		4.422			3.995		
		% sobre			% sobre		
Indicadores laborais		Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional
Alimentação		307	7%	1%	185	5%	1%
Encargos sociais compulsórios		892	20%	3%	710	18%	4%
Transporte		152	3%	1%	116	3%	1%
Previdência privada		431	10%	2%	400	10%	2%
Saúde		297	7%	1%	243	6%	1%
Educação		174	4%	1%	68	2%	-
Participação nos resultados		548	12%	2%	606	15%	3%
Outros benefícios		124	3%	-	147	4%	1%
Total - Indicadores laborais		2.925	66%	11%	2.475	62%	8%
		% sobre			% sobre		
Indicadores sociais		Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto
Tributos (excluídos encargos sociais)		5.274	19%	7%	6.127	32%	9%
Impostos pagos a recuperar		(1.955)	-7%	-3%	-	-	-
Investimentos em cidadania		409	1%	1%	465	2%	1%
Projetos e ações sociais		390	1%	1%	446	2%	1%
Comunidades indígenas		19	-	-	19	-	-
Investimentos em meio ambiente		808	3%	1%	761	4%	1%
Total - Indicadores sociais		6.491	24%	9%	7.353	25%	11%
		% sobre			% sobre		
Indicadores do corpo funcional							
Total de empregados no final do ano		62.490			60.405		
Total de admissões durante o ano		7.673			6.954		

		Controladora (Não auditado)					
Base de cálculo		2008			2007		
Receita Bruta		34.445			23.029		
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias		13.920			6.451		
Remuneração bruta		1.768			1.098		
		% sobre			% sobre		
Indicadores laborais		Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional
Alimentação		253	14%	2%	128	12%	2%
Encargos sociais compulsórios		608	34%	4%	424	39%	7%
Transporte		123	7%	1%	81	7%	1%
Previdência privada		134	8%	1%	111	10%	2%
Saúde		167	9%	1%	86	8%	1%
Educação		132	7%	1%	81	7%	1%
Participação nos resultados		471	27%	3%	508	46%	8%
Outros benefícios		95	5%	1%	70	6%	1%
Total - Indicadores laborais		1.983	112%	14%	1.489	136%	23%
		% sobre			% sobre		
Indicadores sociais		Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto
Tributos (excluídos encargos sociais)		3.761	27%	11%	4.265	66%	19%
Impostos pagos a recuperar		(1.672)	-12%	-5%	-	-	-
Investimentos em cidadania		356	3%	1%	275	4%	1%
Projetos e ações sociais		337	2%	1%	257	4%	1%
Comunidades indígenas		19	-	-	18	-	-
Investimentos em meio ambiente		678	5%	2%	366	6%	2%
Total - Indicadores sociais		4.795	34%	14%	4.906	76%	21%
		% sobre			% sobre		
Indicadores do corpo funcional							
Total de empregados no final do ano		39.525			33.392		
Total de admissões durante o ano		6.582			3.969		

